



PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE NITERÓI EM 30 DE JUNHO DE 2023.

PORTARIA N° 026/SEPLAG/2023

Regulamenta e estabelece o rol de processos administrativos de tramitação eletrônica (e-Ciga) obrigatória e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Decreto no 14.177 de 21 de outubro de 2021,

RESOLVE:

Art 1o. É obrigatória a tramitação eletrônica dos seguintes tipos de processo administrativo na Prefeitura Municipal de Niterói, conforme Anexo I desta portaria.

§1º Não é permitido negar o recebimento de processos eletrônicos, mesmo daqueles tipos processuais não listados.

§2º Eventualmente, órgãos com demanda de ajustes técnicos, poderão suspender o recebimento de alguns tipos processuais não listados, mediante justificativa ao Comitê Gestor do Processo Eletrônico.

Art 2o. A partir do dia 03 de julho de 2023 é obrigatória a tramitação eletrônica dos seguintes tipos de documentos avulsos para todos os órgãos da Administração Direta e sede dos Órgãos da Administração Indireta, e suas respectivas unidades descentralizadas, conforme Anexo II desta portaria.

Parágrafo único: Não se caracteriza documento avulso documentação composta, ou seja, aqueles documentos compostos tramitados em cima de resposta a outros documentos que visam agregar informações subsequentes, estes devem ser tramitados como processos.

Art 3o. As autoridades máximas dos órgãos e entidades municipais poderão decidir sobre a tramitação pelo e-CIGA de outros processos administrativos ou documentos avulsos não mencionados nos Art 1o e Art 2o, no âmbito dos seus respectivos órgãos.

Parágrafo único. Documentos avulsos tramitados de forma eletrônica e que, eventualmente, necessitem ser apensados a processos físicos devem utilizar a versão para impressão do documento disponibilizadas pelo e-Ciga.

Art 4o. A qualquer tempo a lista de tipos de processo administrativo de tramitação eletrônica obrigatória poderá ser revista, incluindo tipos, seguindo critérios de conveniência por decisão do Comitê Gestor do Processo Eletrônico.



Art 5o. Conforme Decreto Municipal 14.177 de 21 de outubro de 2021, Art. 28, os servidores são responsáveis pela classificação da informação quanto ao grau restrição e ou sigilo com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e Lei Municipal nº 3084, de 22 de maio de 2014, bem como demais normas vigentes.

Art 6o. Sem prejuízo ao acesso público a informação, documentos preparatórios, conforme estabelece o Art. 7o, §3o, da Lei no 12.527 de 18 de novembro de 2011, seguirão prazos específicos para sua publicação a exemplo da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022.

I – Documento de Oficialização de Demanda (DOD), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR):

- a) até a data de publicação do edital da licitação; ou
- b) até a conclusão da licitação, em caso de licitação com sigilo do valor estimado, conforme disposto no inciso VI do § 1o do art. 18 da Lei no 14.133/2021; ou
- c) até a data de publicação do extrato de contratação, nos casos de contratação direta; ou
- d) até a data de assinatura do contrato, nos casos de adesão à ata de registro de preços.

Parágrafo único. A avaliação de acesso à informação contida em ETP, DOD e TR com informações sensíveis ou sigilosas, será analisada a critério de cada órgão da Administração Pública Municipal, respeitando os termos da Lei no 12.527/2011, e da Lei Municipal nº 3084, de 22 de maio de 2014.

Art 7o. Os processos de pagamento deverão observar a ordem cronológica e disposições contidas no Decreto Nº 13.281 de onze de julho de 2019, além de garantir que sua data de autuação permita tempo hábil para realização do pagamento, respeitando datas limite de vencimento de contas e prazos legais.

Art 8o. A atestação de documentos como nota fiscal e comprovantes de despesa também será feita no e-CIGA, através da indicação de assinantes no próprio documento ou em documentos que valham como atestação e/ou comprovação de despesa, dispensando qualquer procedimento de ateste fora do e-CIGA, como carimbos ou assinaturas físicas.

Art 9º Assim como o art. 36 do Decreto Municipal 14.177 de 2022, serão admitidas a manutenção e a continuidade de tramitação em meio físico dos tipos processuais contidos nessa portaria, caso tenham sido originados antes da data de publicação da mesma.

Art 10o. Esta Portaria torna sem efeito portarias e normas anteriores que regulamentam o rol de processos de tramitação exclusivamente eletrônica (e-Ciga).



ANEXO I – Tipos de Processos

1. Processo Administrativo Disciplinar
2. Processo Administrativo Financeiro Orçamentário
3. Processo Administrativo Sancionador
4. Processo de Abertura de Aposentadoria
5. Processo de Abertura de Concurso Público
6. Processo de Abertura de Conta
7. Processo de Abertura de Inteiro Teor
8. Processo de Abertura de Pensão Judicial
9. Processo de Abertura de Pensão Pós Morte
10. Processo de Abertura de Processo Seletivo Simplificado
11. Processo de Abertura de Solicitação de Obra
12. Processo de Abono de Permanência
13. Processo de Abono Refeição
14. Processo de Ação Fiscalizatória
15. Processo de Acolhimento de Denúncia
16. Processo de Acolhimento de Recurso Fiscal
17. Processo de Acompanhamento de Comissão ou Comitê
18. Processo de Acordo de Cooperação Técnica
19. Processo de Acumulação de Cargo Público
20. Processo de Adicional de Tempo Integral
21. Processo de Adicional Por Formação Continuada
22. Processo de Adicional Por Tempo de Serviço
23. Processo de Adicional Por Trabalho Técnico Científico
24. Processo de Aditivo Contratual
25. Processo de Afastamento de Cargo Público
26. Processo de Afastamento de Servidor
27. Processo de Afastamento Eleitoral
28. Processo de Alteração Cadastral de Servidores Públicos
29. Processo de Alteração de Alvará
30. Processo de Alteração de Titularidade de Imóvel
31. Processo de Alteração de Titularidade Junto a Empresas de Concessão
32. Processo de Alteração no Tráfego
33. Processo de Análise de Impacto Viário
34. Processo de Apoio ao Trânsito
35. Processo de Apostilamento por tempo de serviço
36. Processo de Aprovação de Evento em Lugar Privado
37. Processo de Aprovação de Evento em Lugar Público
38. Processo de Apuração de Reposição do ITBI
39. Processo de Aquisição de Bens de Informática e Automação
40. Processo de Aquisição de Imóvel
41. Processo de Aquisição de Material de Construção
42. Processo de Aquisição de Material de Consumo
43. Processo de Aquisição de Material Permanente
44. Processo de Aquisição de Semovente
45. Processo de Arrematação de Imóvel
46. Processo de Atendimento de Concurso Público



47. Processo de Atendimento de Disque Denúncia
48. Processo de Atendimento de Ordem de Serviço
49. Processo de Atendimento de Ouvidoria Municipal
50. Processo de Atestado de Capacidade Técnica
51. Processo de Ateste de Experiência para cargos de TIC
52. Processo de Autorização de Exumação de Cadáveres
53. Processo de Autorização de Poda
54. Processo de Autorização de Translado de Cadáveres
55. Processo de autorização de visita técnica
56. Processo de Autorização definitiva de obras
57. Processo de autorização para poda de árvore em imóvel particular
58. Processo de Autorização provisória de obras
59. Processo de Auxílio Alimentação
60. Processo de Auxílio Doença
61. Processo de Auxílio Natalidade
62. Processo de Auxílio Transporte
63. Processo de Avaliação de Estágio Probatório
64. Processo de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório
65. Processo de Avaliação Individual de Desempenho - APPGG
66. Processo de Avaliação Periódica de Desempenho
67. Processo de Averbação de Tempo de Contribuição
68. Processo de Baixa de Débito por Prescrição
69. Processo de Baixa de Inscrição do Alvará
70. Processo de Cadastro de Fornecedor
71. Processo de cadastro de pedidos de adiantamento
72. Processo de Cancelamento de Aposentadoria
73. Processo de Cancelamento de Declaração de Serviços Recebidos - DSR
74. Processo de Cancelamento de Desconto em Folha de Pagamento
75. Processo de Cancelamento de Imunidade de IPTU
76. Processo de Cancelamento de Inscrição de IPTU
77. Processo de Cancelamento de Isenção de IPTU
78. Processo de Cancelamento de Licença Especial
79. Processo de Cancelamento de Licença Para Gestante
80. Processo de Cancelamento de Licença Para Tratamento de Saúde
81. Processo de Cancelamento de Licença Sem Vencimento
82. Processo de Cancelamento de Notas Fiscais
83. Processo de Cancelamento de Pensão Alimentícia
84. Processo de Certidão de Aceite
85. Processo de Certidão de Logradouro
86. Processo de Certidão de Viabilidade
87. Processo de Certidão de Zoneamento
88. Processo de Cessão do Servidor
89. Processo de Chamada para Publicações Acadêmicas
90. Processo de Cobrança de Auto de Infração
91. Processo de Compensação Previdenciária
92. Processo de Complemento de Lançamento do ITBI
93. Processo de Comprovação Produtividade dos Fiscais
94. Processo de Comunicação de Débito



95. Processo de Comunicação de Frequência
96. Processo de Comunicação de Óbito
97. Processo de concessão de ajuda de custo
98. Processo de Concessão de Direitos e Benefícios
99. Processo de Concessão de Salário Família
100. Processo de Concessão de verba escolar
101. Processo de Concessão do Selo Niterói Cervejeiro
102. Processo de Consulta a Outro Órgão
103. Processo de Consulta ao Chefe do Executivo
104. Processo de Consulta de Documentos
105. Processo de Consulta formal à PGM
106. Processo de Consulta Interna a Outro Órgão da Administração Direta ou Indireta
107. Processo de Consulta Tributária
108. Processo de Contagem de Tempo de Serviço
109. Processo de Contratação de Funcionários
110. Processo de Contratação de Serviços
111. Processo de Contratação por Licitação
112. Processo de Contratação Temporária
113. Processo de Controle de Servidores Cedidos
114. Processo de Cópia de Documento
115. Processo de Correção de Lançamento do ITBI
116. Processo de Criação de Vaga
117. Processo de Criação de Vaga de Estacionamento
118. Processo de Cumprimento de Obrigação Junto ao TCE
119. Processo de de Alvará de Aprovação de Projeto - Aprova Rápido
120. Processo de Demanda de Outro Órgão
121. Processo de Demandas de Órgãos de Controle Externos
122. Processo de Denúncia de irregularidade de conduta ética e administrativa
123. Processo de Desarquivamento de Processo
124. Processo de Desaverbação de Tempo de Serviço
125. Processo de Desfazimento de Bens
126. Processo de Designação de Cargos Públicos
127. Processo de Destituição de Função Gratificada
128. Processo de Devolução de Contribuições Previdenciárias
129. Processo de Devolução de Servidor
130. Processo de Diagnóstico Ambiental
131. Processo de Disposição de Servidor
132. Processo de Distribuição de Prospectos
133. Processo de Elaboração de Minuta
134. Processo de Emissão de Alvará
135. Processo de Emissão de Alvará de Identificação
136. Processo de Emissão de Certidão de Débitos Municipais
137. Processo de Emissão de Certidão de Inteiro Teor do ITBI
138. Processo de Emissão de Certidão de Isenção de Publicidade
139. Processo de Emissão de Certidão de ISS
140. Processo de Emissão de Certidão de Pagamento de ITBI
141. Processo de Emissão de Intimação
142. Processo de Emissão de Nota de Empenho



143. Processo de Emissão de Prorrogação de Alvará
144. Processo de Empenho Auto de Infração RFB
145. Processo de Empenho da Dívida Externa
146. Processo de Empenho Dívida Interna
147. Processo de Empenho Ompetro
148. Processo de Empenho Pasep
149. Processo de Empenho Plano de Saúde
150. Processo de Empenho Recolhimento Previdenciário
151. Processo de Empenho Sentenças
152. Processo de Empenho Taxa de Administração
153. Processo de Encerramento de Exercício (excepcionalidades)
154. Processo de Enquadramento Funcional
155. Processo de Entrada na 2ª Via de Contracheque
156. Processo de Entrada na 2ª via de Rendimento
157. Processo de Entrega de Imposto de Renda
158. Processo de Entrega de Isenção de Imposto de Renda
159. Processo de envio de projeto de lei
160. Processo de Envio de Relatório
161. Processo de Equiparação Salarial
162. Processo de Estudo de Projeto de Lei
163. Processo de Excesso de Arrecadação
164. Processo de Exclusão de Pensionista Por Maior Idade
165. Processo de Exoneração de Cargo Público
166. Processo de Exoneração de Servidor Público
167. Processo de Exoneração de Servidores
168. Processo de folha de pagamento
169. Processo de Formalização e Execução de Convênios e Parcerias
170. Processo de Gratificação de Insalubridade
171. Processo de Gratificação de Produtividade
172. Processo de Gratificação de Trabalho Técnico Científico
173. Processo de Homologação de Capacidade Técnica
174. Processo de Homologação do ISS Obras
175. Processo de Implantação de Ondulação Transversal
176. Processo de Inclusão de Dependente Para Fins de Imposto de Renda
177. Processo de Inclusão de Dependente Para Fins de Previdências
178. Processo de inclusão de dependentes
179. Processo de Incorporação de Cargo Comissionado
180. Processo de Inscrição de Canteiro de Obras
181. Processo de Instalação de Placas de Trânsito
182. Processo de Interdição de Imóvel
183. Processo de Investimento em Formação Acadêmica
184. Processo de Isenção do IPTU
185. Processo de lançamento de ITBI
186. Processo de Lançamento de Taxa
187. Processo de Licença de Ambulante
188. Processo de Licença Especial
189. Processo de Licença para Acompanhar Cônjuge
190. Processo de Licença para Desempenho de Mandato Eletivo



191. Processo de Licença Para Estudo
192. Processo de Licença Penitenciária
193. Processo de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família
194. Processo de Licença Sem Vencimento
195. Processo de Licenciamento de obras e serviços em vias públicas
196. Processo de Ligação de Drenagem ao Coletor Público
197. Processo de Limite de Saque
198. Processo de Locação de Imóveis
199. Processo de Lotação de Servidores
200. Processo de Lotação e Remanejamento de Servidor
201. Processo de Mapa de Férias
202. Processo de Metragens e Confrontações
203. Processo de nomeação de cargo em comissão - FeSaúde
204. Processo de Notificação de Órgãos Públicos
205. Processo de Numeração
206. Processo de Obtenção da Certidão de Demolição
207. Processo de Obtenção de Certidão
208. Processo de Obtenção de Certidão de Tempo de Contribuição
209. Processo de Obtenção de Declaração
210. Processo de Obtenção de Declarações
211. Processo de Pagamento a Contribuintes Individuais
212. Processo de Pagamento a Pessoa Física
213. Processo de Pagamento de 1/3 de Férias
214. Processo de Pagamento de 13º Proporcional
215. Processo de Pagamento de 13º Salário
216. Processo de Pagamento de Associação
217. Processo de pagamento de concessionárias
218. Processo de Pagamento de Contrato Prestadores SUS
219. Processo de Pagamento de Contratos
220. Processo de Pagamento de Diárias e Ajuda de Custo
221. Processo de Pagamento de Férias Não Gozadas
222. Processo de Pagamento de Férias Proporcionais
223. Processo de Pagamento de Gratificação
224. Processo de Pagamento de INSS
225. Processo de Pagamento de Jeton
226. Processo de Pagamento de PASEP
227. Processo de Pagamento de Pecúnia
228. Processo de Pagamento de Pensão Alimentícia
229. Processo de Pagamento de Pessoal
230. Processo de Pagamento de Prestação de Serviços - Pessoa Jurídica
231. Processo de Pagamento de Reembolso
232. Processo de Pagamento de Retido
233. Processo de pagamento de sentenças judiciais
234. Processo de Pagamento de Taxa de Incêndio
235. Processo de Pagamento de Taxa de Responsabilidade Técnica
236. Processo de pagamento de vale transporte
237. Processo de Pagamento Dívida Externa
238. Processo de Pagamento Dívida Interna



239. Processo de Paralisação Temporária do Alvará
240. Processo de Parâmetros Urbanísticos
241. Processo de Parcelamento da dívida da Carteira Habitacional
242. Processo de Parcelamento de Débito de Auto de Infração
243. Processo de Parcelamento de Débitos Tributários
244. Processo de Pecúnia de Licença Especial Não Gozada
245. Processo de Pensão Indenizatória
246. Processo de Pensão Judicial Indenizatória
247. Processo de Plano de Cargos e Salários
248. Processo de Plano de Integridade
249. Processo de Prestação de contas a órgão externo
250. Processo de prestação de Contas da Empresa Cidadã
251. Processo de Prestação de Contas de Ajuda de Custo
252. Processo de Prestação de Contas do Convênio
253. Processo de Prestação de Contas do Órgão
254. Processo de Prestação de Contas em Subvenção
255. Processo de Prestação de Informações
256. Processo de Programação de Férias
257. Processo de Progressão Funcional
258. Processo de progressão funcional por titulação
259. Processo de Projeto de Lei
260. Processo de Projeto de Tratamento Acústico - PTA
261. Processo de Proposta de Alteração de Ato Administrativo
262. Processo de Prorrogação de Disposição de Servidor
263. Processo de Prorrogação de Posse
264. Processo de publicação de decreto de modificação orçamentária
265. Processo de Publicação de Regimento Interno
266. Processo de Publicação Oficial
267. Processo de Quadro Orçamentário
268. Processo de Readaptação de Servidores
269. Processo de Reajuste Contratual
270. Processo de Reajuste Salarial
271. Processo de Realização de Pintura Asfáltica
272. Processo de Realização de Serviços
273. Processo de Realização de Serviços Semafóricos
274. Processo de Reavaliação do Selo Niterói Cervejeiro
275. Processo de Recadastramento de Servidores
276. Processo de Recebimento de Diferença Salarial
277. Processo de Recolhimento de Outorga Contratual
278. Processo de Recondução de Cargo Público
279. Processo de Reconhecimento da Não Incidência do ISS
280. Processo de Reconhecimento de Dívida
281. Processo de Reconhecimento de Imunidade do ISS
282. Processo de Reconhecimento de Imunidade do ITBI
283. Processo de Reconhecimento de Isenção de ITBI
284. Processo de Reconhecimento de Não Incidência do ITBI
285. Processo de Reconhecimento de Superavit
286. Processo de Reconsideração de Despacho



287. Processo de Recurso Administrativo
288. Processo de Redução de Carga Horária
289. Processo de Reembolso do Fundo Especial PGM
290. Processo de Reequilíbrio Contratual
291. Processo de Reforço de Segurança Pública
292. Processo de Regime de Adicional de Serviço - RAS
293. Processo de Registro Sobre Decisão Judicial
294. Processo de Reintegração de Cargo Público
295. Processo de Remanejamento de Servidores
296. Processo de Remoção de Servidores
297. Processo de Renovação de Cadastro de Fornecedor
298. Processo de Renovação de Isenção
299. Processo de Renovação de Isenção de IPTU
300. Processo de Repasse de Contribuição Previdenciária
301. Processo de Repasse Financeiro a Órgãos da Administração Indireta
302. Processo de Rescisão de Contrato
303. Processo de Rescisão de Funcionários
304. Processo de Reserva Orçamentária
305. Processo de Resposta a Órgão Externo
306. Processo de Ressarcimento Contratual
307. Processo de Ressarcimento de Pessoal para Outros Órgãos
308. Processo de Ressarcimento de Recursos Públicos
309. Processo de Restituição de Indébito
310. Processo de Restituição de IPTU
311. Processo de Restituição de ISS
312. Processo de Restituição de ITBI
313. Processo de Restos a Pagar
314. Processo de Retirada de Ata de Registro de Preço
315. Processo de Revalidação de Licença
316. Processo de Revalidação de Licença Sanitária
317. Processo de Reversão de Aposentadoria
318. Processo de Reversão de Cargo Público
319. Processo de Revisão de Ofício do Cadastro Imobiliário
320. Processo de Revisão de Proventos
321. Processo de Revisão do Cadastro Imobiliário
322. Processo de Revisão do Valor Venal do Imóvel
323. Processo de Saldo de Proventos
324. Processo de Saldo de Vencimentos
325. Processo de Sepultamento ou Exumação
326. Processo de Sindicância Disciplinar
327. Processo de Situação Funcional do Servidor
328. Processo de solicitação de informações
329. Processo de Solicitação de matrícula da Rede Municipal de Educação
330. Processo de Solicitação de relatório pedagógico de aluno da Rede Municipal de Educação
331. Processo de Solicitações de Instituições Educacionais
332. Processo de Solicitações de Profissionais da Educação
333. Processo de Termo de Ajuste de Contas - TAC



- 334. Processo de Transferência de Crédito de Tributos
- 335. Processo de Troca de Auxiliar de Ambulante
- 336. Processo de Troca de Mercadoria de Ambulante
- 337. Processo de Troca de Titularidade de Ambulante
- 338. Processo de Vacância
- 339. Processo de Vistas ou Cópias de Processo
- 340. Processo de Vistoria de Imóvel
- 341. Processo de Vistoria de Obra
- 342. Processo Judicial de matrícula da Rede Municipal de Educação
- 343. Processo para Acompanhamento de Editais e Chamadas Públicas Destinados ao Setor Artístico-Cultural
- 344. Processo para Desapropriação de Imóvel
- 345. Processo por Dispensa de Licitação
- 346. Processo Relativo a Reparos em Jazigo



ANEXO II – Tipos de Documentos

1. Acórdão
2. Alvará de Concessão de Terreno no Cemitério
3. Alvará de Funcionamento
4. Apostila
5. Ata da Assembleia de Eleição
6. Ata de Eleição da Diretoria
7. Ata de Encerramento de Processo
8. Ata de Instalação de Comissão Deliberativa
9. Ata de Registro de Preços
10. Ata de Reunião
11. Atestado de Capacidade Técnica
12. Atestado de Frequência
13. Atestado de Óbito
14. Atestado de Prestação de Serviços
15. Atestado de Recebimento de Material de Consumo
16. Atestado de Recebimento de Material Permanente
17. Ato Constitutivo
18. Ato de Designação de Servidor para Compor Comissão COPAD
19. Auto de Acareação
20. Auto de Apreensão de Mercadorias
21. Auto de Apuração Administrativo Disciplinar
22. Auto de Arrematação
23. Auto de Infração
24. Auto de Infração e Multa - AIM
25. Auto de Infração Sanitária
26. Auto de Interdição
27. Auto de Reconhecimento
28. Autorização de Empenho
29. Autorização de poda em imóvel particular
30. Autorização do Proprietário
31. Autorização para contratação
32. Aviso de Publicação em Diário Oficial
33. Balanço de Abertura
34. Balanço Patrimonial
35. Boletim de Aceite
36. Boleto
37. Cadastro de Pessoa Física - CPF
38. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ
39. Carnê do IPTU
40. Carta de Arrematação
41. Carta de Compra ou do Financiamento Bancário
42. Carteira de Habilitação
43. Carteira de Identidade
44. Carteira de Trabalho
45. Certidão Comprobatória
46. Certidão de Aceite



47. Certidão de Análise do Estudo de Impacto no Sistema Viário
48. Certidão de Anexação de Processo
49. Certidão de Casamento
50. Certidão de Ciência de Processo
51. Certidão de Comparecimento
52. Certidão de Contagem de Tempo de Contribuição
53. Certidão de CPF
54. Certidão de Demolição
55. Certidão de Endereço
56. Certidão de Isenção das Medidas Compensatórias de Impacto Viário
57. Certidão de Logradouro
58. Certidão de Medalha de Guerra
59. Certidão de Metragens e Confrontações
60. Certidão de Nascimento
61. Certidão de Óbito
62. Certidão de Ônus Reais
63. Certidão de Quitação das Medidas Compensatórias de Impacto Viário
64. Certidão de Registro Geral de Imóvel - RGI
65. Certidão de Regularidade
66. Certidão de Tempo de Contribuição
67. Certidão de Tramitação de Processo Administrativo Disciplinar
68. Certidão de Trânsito em Julgado
69. Certidão de União Estável
70. Certidão de Viabilidade
71. Certidão de Viabilidade e Parâmetros Urbanísticos
72. Certidão de Zoneamento
73. Certidão Negativa
74. Certidão Negativa de débitos
75. Certidão Negativa de IPTU
76. Certidão Trabalhista
77. Certificado de Conclusão de Curso
78. Certificado de Entrega de Laudo de Vistoria
79. Certificado de Instituição Beneficente de Assistência Social
80. Certificado de Isenção
81. Certificado de registro e licenciamento do veículo
82. Certificado de Regularidade
83. Checklist de Controle - Concessão de Ajuda de Custo
84. Checklist de Controle - Concessão de Ajuda de Custo
85. Checklist de Controle (Anexo VII)
86. Cheque Bancário
87. Citação de Defesa Processual
88. Comprovante de Abertura de Conta
89. Comprovante de consulta de empenho
90. Comprovante de Denúncia
91. Comprovante de despesa
92. Comprovante de Embarque
93. Comprovante de Inscrição
94. Comprovante de Inscrição do CadÚnico



95. Comprovante de inviabilidade de competição
96. Comprovante de Justificativa para repasse financeiro
97. Comprovante de Matrícula de Obra no CEI - INSS
98. Comprovante de pagamento
99. Comprovante de Pagamento de Consumo de Água
100. Comprovante de Pagamento de Consumo de Energia
101. Comprovante de Pagamento de Pessoal
102. Comprovante de Recolhimento de FGTS e INSS
103. Comprovante de Rendimento
104. Comprovante de Reserva Orçamentária
105. Comprovante de Residência
106. Comprovante de Vínculo com a Instituição
107. Comprovante de Violação de Direitos
108. Comunicação Interna - CI
109. Comunicado de Instauração de Processo Administrativo Disciplinar
110. Cronograma de Liberação de Empenho
111. Croqui de Edificação
112. Croqui de Localização de Imóvel
113. Declaração da Chefia Imediata
114. Declaração de Adequação de Bens e Serviços
115. Declaração de adequação orçamentária
116. Declaração de Anuência do Tomador de Serviços
117. Declaração de aprovação
118. Declaração de Ausência Cláusula de Garantia
119. Declaração de autorização
120. Declaração de Ciência e Submissão para Adiantamento (Anexo II)
121. Declaração de Conformidade
122. Declaração de dispensa de licenciamento sanitário
123. Declaração de Fiscal do Contrato
124. Declaração de Hipossuficiência
125. Declaração de Informação para Tributação do ITBI - DITI
126. Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ
127. Declaração de Nada Opor Definitivo
128. Declaração de Ordem de Paralisação
129. Declaração de Ordem de Reinício
130. Declaração de Requerimento para Pedido de Adiantamento (Anexo I)
131. Declaração de Serviço Recebido (DSR)
132. Declaração do CadÚnico
133. Declaração do Contribuinte
134. Decreto de Atualização do Nome de Logradouro
135. Demonstração do Resultado do Exercício - DRE
136. Demonstrativo de cálculo
137. Designação de Defensor Dativo
138. Despacho
139. Diário de Classe
140. Distrato Social
141. Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFe
142. Documento de Contagem de Pontos de Função



143. Documento de Especificação de Requisitos
144. Documento de Identificação de Migrante/Refugiado
145. Documento de Oficialização de Demanda (DOD)
146. Dossiê de Manutenção de Cemitérios
147. Edital de Chamada
148. E-mail
149. Encaminhamentos
150. Escritura de Compra e Venda
151. Escritura de imóvel
152. Escrituração Contábil Digital - ECD
153. Escrituração Contábil Fiscal - ECF
154. Estimativa do impacto orçamentário-financeiro
155. Extrato Bancário
156. Extrato de Banco de Conta de Adiantamento
157. Extrato de Lei
158. Fatura
159. Ficha CETI
160. Ficha CPFGEF
161. Ficha de Análise de Projeto
162. Ficha de Avaliação Especial de Desempenho I - Chefia Imediata
163. Ficha de Avaliação Especial de Desempenho II - Autoavaliação
164. Ficha de Avaliação Individual de Desempenho I - Autoavaliação
165. Ficha de Avaliação Individual de Desempenho II - Chefia Imediata
166. Ficha de Impacto Orçamentário-Financeiro
167. Ficha de Solicitação de Ajuda de Custo (Anexo II)
168. Folha de Anúncio
169. Folha de Publicação de Ato
170. Folha RET
171. Formal de Partilha
172. Formulário de Abono de Frequência
173. Formulário de Autorização para Baixa de Bens Patrimoniais
174. Formulário de Avaliação de Desempenho
175. Formulário de Concessão de adicional
176. Formulário de Inspeção de Limpeza
177. Formulário de Justificativa Disciplinar
178. Formulário de Liberação de Cota de Empenho
179. Formulário de Movimentação de Bens Patrimoniais
180. Formulário de Requerimento para Certidão
181. Formulário de Requerimento para Pedido de Adiantamento (Anexo I)
182. Formulário de Requisição de Evento
183. Formulário de Retenções Tributárias
184. Formulário de Solicitação de Recolhimento de Bens Inservíveis
185. Formulário de Transferência de Bens Patrimoniais
186. Formulário Padrão para Instauração do Procedimento Administrativo Disciplinar
187. Formulário para Abertura de Processo Administrativo
188. Fotografia
189. Guia de depósito Judicial
190. Guia de Identificação de Riscos (Licitações e Contratos) GIR 003



191. Guia de ITBI
192. Guia de Pagamento
193. Guia de Pagamento de IPTU
194. Guia de Pagamento de ITBI
195. Guia de Pagamento de Tributo
196. Guia de Quitação
197. Guia de Recolhimento de Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS
198. Guia de Recolhimento Municipal GRM
199. Guia Espelho de IPTU
200. Habilitação de Contratada
201. Habilitação Jurídica
202. Intimação Judicial
203. Justificativa de escolha de fornecedor
204. Justificativa de Inexigibilidade de Contratação
205. Justificativa de preço
206. Justificativa do Processo
207. Laudo de Avaliação de Imóvel
208. Laudo Técnico de Avaliação de Imóvel
209. Levantamento Topográfico
210. Licença Para Uso e Porte de Motosserra Expedida Pelo IBAMA
211. Lista de Documentos Cadastrais
212. Lista/Listagem
213. Manifestação Jurídica
214. Mapa de Cotação
215. Mapa de Despesa (Anexo IV)
216. Mapa de Férias
217. Mapa de localização com zoneamento
218. Mapa de Localização do Requerente
219. Mapa de Passagens com Comprovantes
220. Mapa de Riscos
221. Mapa Discriminativo de Despesas (Anexo II - Ajuda de Custo)
222. Memorial de Incorporação de Empreendimento
223. Memorial descritivo
224. Minuta de Decreto
225. Minuta de Projeto de Lei
226. Minuta do Ato de Inexigibilidade
227. Nota de Transferência Bancária
228. Notificação Judicial
229. Ordem de Pagamento
230. Ordenação de Despesas para Adiantamento (Anexo III)
231. Parecer Circunstanciado
232. Parecer da Procuradoria Geral do Município
233. Parecer Jurídico
234. Passaporte
235. Planilha de Arrecadação de Cemitérios
236. Planilha de Custos
237. Plano de Trabalho
238. Planta Aprovada do Imóvel



239. Planta Baixa
240. Plantas arquitetônicas
241. Procuração
242. Projeto Aprovado de Edificação
243. Projeto básico
244. Protocolo de Instauração do Processo Administrativo de Homologação do ISS
245. Quadro de Parâmetros Urbanísticos
246. Ratifico de Inexigibilidade
247. Recibo de Correspondência Registrada
248. Recibo de Entrega de Documentos
249. Registro de Alvará de Funcionamento
250. Registro de Compra de Terrenos nos Cemitérios
251. Registro de Exumações
252. Registro de Óbito
253. Registro de Sepultamentos e Inumações
254. Registro e Controle de Ocorrências
255. Registro Geral - RG
256. Registro Geral de Imóveis - RGI
257. Regularidade Fiscal
258. Relatório de Atividades Ajuda de custo (Anexo III)
259. Relatório de Atividades para pagamento de contrato
260. Relatório de Atividades Para Pagamento de Convênio
261. Relatório de atividades: Comprovação Ajuda de Custo (Anexo III)
262. Relatório de Conferência de Prestação de Contas
263. Relatório de Contagem de Estoque
264. Relatório de Entrega dos Manifestos dos Resíduos
265. Relatório de Fiscalização de Limpeza Urbana
266. Relatório de Folha de Pagamento
267. Relatório de Monitoramento de Uso de Cemitério em Relação a Lençol Freático
268. Relatório de Produtividade
269. Relatório Descritivo dos Bens Avaliados
270. Requerimento de Compra de Bens e Serviços
271. Requerimento de Materiais ao Almoxarifado
272. Requerimento para Abertura de Processo Administrativo
273. Roteiro de Inspeção Sanitária
274. Sentença de Pagamento
275. Solicitação de Férias
276. Solicitação de Pagamento
277. Solicitação de Ressarcimento de Terceiros
278. Tabela de aquisição
279. Tabela de bens
280. Tabela de preços
281. Termo de Ajudicação
282. Termo de autorização provisória de obras
283. Termo de Encerramento de Trâmite Físico e Abertura de Processo Eletrônico - TEAP
284. Termo de Referência
285. Termo de Requisitos Mínimos (TRM) - Licitação fase interna



PREFEITURA
DE NITERÓI

PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E
MODERNIZAÇÃO
DA GESTÃO

- 286. Termo Geral de Convênio Firmado com Ente Público
- 287. Tese de Doutorado
- 288. Vale de Recibo de Despesa



PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE NITERÓI EM 17 DE NOVEMBRO DE 2021.

PORTARIA N° 038/SEPLAG/2021

Regulamenta a operação assistida do processo eletrônico – estabelece o prazo para operação assistida e os tipos de processos administrativos com tramitação eletrônica obrigatória e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Decreto nº 14.177 de 21 de outubro de 2021,

RESOLVE:

Art 1º. A partir do dia 16 de novembro de 2021 fica estabelecida a tramitação eletrônica obrigatória dos seguintes tipos de processo administrativo em todo o âmbito para a Prefeitura Municipal de Niterói: 1) publicação de Decreto de modificação orçamentária; 2) pagamento de concessionárias pela administração direta; 3) concessão de ajuda de custo para viagem dentro do país de curta duração; 4) pedidos de adiantamento; e 5) pagamento de sentenças judiciais.

Art 2º. Os referidos tipos de processo seguirão os fluxos de processo e procedimentos documentados por diagramas de processo estabelecidos pelo manual incluído na página do processo eletrônico no website da prefeitura de Niterói: www.niteroi.rj.gov.br.

Art 3º. A atestação de documentos como nota fiscal e comprovantes de despesa também será feita no e-CIGA, através da indicação de assinantes no próprio documento ou em documentos que valham como atestação e/ou comprovação de despesa, dispensando qualquer procedimento de ateste fora do e-CIGA, como carimbos ou assinaturas físicas.

Art 4º. A operação assistida do processo eletrônico, fase piloto de avaliação, terá início em 16 de novembro de 2021 com **duração de setenta e cinco dias**.

Art 5º. Os processos de pagamento deverão observar a ordem cronológica e disposições contidas no **Decreto N° 13.281 de onze de julho de 2019**, além de garantir que sua data de autuação permita tempo hábil para realização do pagamento, respeitando datas limite de vencimento de contas e prazos legais.

Art 6º. O Comitê Gestor do Processo Eletrônico apresentará até o prazo de 31 de janeiro de 2022 um relatório sobre os resultados da operação assistida do processo eletrônico, sugerindo ao final a estratégia para expansão do processo eletrônico na PMN.

Art 7º. A qualquer tempo a lista de tipos de processo administrativo de tramitação eletrônica obrigatória poderá ser revista, incluindo ou retirando tipos, seguindo critérios de conveniência por decisão do Comitê Gestor do Processo Eletrônico.



Parágrafo único: fica a critério dos gestores das unidades autônomas a tramitação por meio eletrônico através do e-CIGA de outros processos administrativos restritos à sua circunscrição não mencionados no Art 1º.

Art 8º. Os processos administrativos originados no e-CIGA serão numerados de forma sequencial iniciada em 9900000001.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE NITERÓI EM 17 DE NOVEMBRO DE 2021.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE NITERÓI EM 29 DE ABRIL DE 2022.

PORTARIA Nº 012/SEPLAG/2022

Regulamenta a expansão do sistema do processo eletrônico (e-ciga) e estabelece novos tipos processuais obrigatórios para tramitação eletrônica.

A Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Decreto nº 14.177 de 21 de outubro de 2021,

RESOLVE:

Art 1º. A partir do dia 23 de maio de 2022 é obrigatória a tramitação eletrônica dos seguintes tipos de processo administrativo na Prefeitura Municipal de Niterói:

- I - publicação de Decreto de modificação orçamentária;
- II – pagamento de concessionárias pela administração direta;
- III - concessão de ajuda de custo para viagem;
- IV – pedidos de adiantamento;
- V – pagamento de sentenças judiciais;
- VI – repasses financeiros a órgãos da administração indireta;
- VII – pagamentos de contratos de prestação de serviço e aquisições feitas pela administração direta a pessoas jurídicas;
- VIII - contratação por adesão (interna e externa) à ata de registro de preço;
- IX - contratação por dispensa de licitação em razão de valor pela administração direta;
- X - contratação direta por inexigibilidade.

Art 2º. As autoridades máximas dos órgãos e entidades municipais poderão decidir sobre a tramitação pelo e-CIGA de outros processos administrativos não mencionados no Art 1º.



§1º. A gestão de classificação documentação e criação de novos tipos processuais poderá ser descentralizada para os órgãos a critério do Comitê Gestor do Processo Eletrônico.

§2º. A criação de novos tipos e classificações documentais deverá sempre ter a aprovação do Comitê Gestor do Processo Eletrônico.

Art 3º. A qualquer tempo a lista de tipos de processo administrativo de tramitação eletrônica obrigatória poderá ser revista, incluindo ou retirando tipos, seguindo critérios de conveniência por decisão do Comitê Gestor do Processo Eletrônico.

Art 4º. Os processos de pagamento deverão observar a ordem cronológica e disposições contidas no **Decreto Nº 13.281 de onze de julho de 2019**, além de garantir que sua data de autuação permita tempo hábil para realização do pagamento, respeitando datas limite de vencimento de contas e prazos legais.

Art 5º. A atestação de documentos como nota fiscal e comprovantes de despesa também será feita no e-CIGA, através da indicação de assinantes no próprio documento ou em documentos que valham como atestação e/ou comprovação de despesa, dispensando qualquer procedimento de ateste fora do e-CIGA, como carimbos ou assinaturas físicas.

Art 6º. Esta Portaria torna sem efeito a Portaria nº 11/SEPLAG/2022, publicada em 28 de abril de 2022.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE NITERÓI EM 29 DE ABRIL DE 2022.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE NITERÓI EM 02 DE NOVEMBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 041/SEPLAG/2022

Regulamenta a terceira onda de expansão do sistema do processo eletrônico (e- ciga) estabelecendo novos tipos processuais obrigatórios para tramitação eletrônica.

A Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Decreto no 14.177 de 21 de outubro de 2021,

RESOLVE:

Art 1o. A partir do dia 11 de novembro de 2022 é obrigatória a tramitação eletrônica dos seguintes tipos de processo administrativo na Prefeitura Municipal de Niterói:

- I - publicação de Decreto de modificação orçamentária;
- II – pagamento de concessionárias pela administração direta;



- III - concessão de ajuda de custo para viagem;
- IV - pedidos de adiantamento;
- V - pagamento de sentenças judiciais;
- VI - repasses financeiros a órgãos da administração indireta;
- VII - pagamentos de contratos de prestação de serviço e aquisições feitas pela administração direta a pessoas jurídicas;
- VIII - contratação por adesão (interna e externa) à ata de registro de preço;
- IX - qualquer tipo de contratação por dispensa de licitação pela administração direta;
- X - contratação direta por inexigibilidade;
- XI - qualquer tipo de aquisição e contratação cujo objeto seja tecnologia da informação ou afins nos termos estabelecidos pelo Decreto municipal 14.163 de 7 de outubro de 2021;
- XII - Consulta formal à Procuradoria Geral do Município.

Art 2o. A partir do dia 11 de novembro de 2022 é obrigatória a tramitação eletrônica dos seguintes tipos de documentos avulsos para todos os órgãos da Administração Direta e sede dos Órgãos da Administração indireta, ficando facultativo para suas respectivas unidades descentralizadas:

- I - Ofício;
- II - Ofício Circular;
- III - Memorando;
- IV - Comunicação Interna;
- V - Promoção;
- VI - Promoção de Diligência;
- VII - Portaria;
- VIII - Resolução;

Art 3o. As autoridades máximas dos órgãos e entidades municipais poderão decidir sobre a tramitação pelo e-CIGA de outros processos administrativos ou documentos avulsos não mencionados nos artigos anteriores.

§1o. A gestão de classificação documentação e criação de novos tipos processuais poderá ser descentralizada para os órgãos a critério do Comitê Gestor do Processo Eletrônico.

§2o. A criação de novos tipos e classificações documentais deverá sempre ter a aprovação do Comitê Gestor do Processo Eletrônico.

§3o. Documentos avulsos tramitados de forma eletrônica e que, eventualmente, necessitem ser apensados a processos físicos devem utilizar a versão para impressão do documento disponibilizadas pelo e-Ciga.

Art 4o. A qualquer tempo a lista de tipos de processo administrativo de tramitação eletrônica obrigatória poderá ser revista, incluindo ou retirando tipos, seguindo critérios de conveniência por decisão do Comitê Gestor do Processo Eletrônico.

Art 5o. Na forma do artigo 28 do Decreto Municipal 14.177, de 21 de outubro de 2021, os servidores são responsáveis pela classificação da informação quanto ao grau restrição e ou sigilo com base na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei 13.709, de 14 de



agosto de 2018, e Lei Municipal no 3084, de 22 de maio de 2014, bem como demais normas vigentes.

Art 6o. Sem prejuízo ao acesso público a informação, documentos preparatórios, de acordo com a previsão estabelecida no artigo 7o, §3o da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, seguirão prazos específicos para sua publicação, a saber:

I – Documento de Oficialização de Demanda (DOD), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR):

- a) até a data de publicação do edital da licitação; ou
 - b) até a conclusão da licitação, em caso de licitação com sigilo do valor estimado, conforme disposto no inciso VI do § 1o do art. 18 da Lei no 14.133/2021; ou
 - c) até a data de publicação do extrato de contratação, nos casos de contratação direta; ou
 - d) até a data de assinatura do contrato, nos casos de adesão à ata de registro de preços.
- Parágrafo único. A avaliação de acesso à informação contida em ETP, com informações sensíveis ou sigilosas, será analisada a critério de cada órgão da Administração Pública Municipal, respeitando os termos da Lei no 12.527/2011, e da Lei Municipal no 3084, de 22 de maio de 2014.

Art 7o. Os processos de pagamento deverão observar a ordem cronológica e disposições contidas no Decreto No 13.281 de onze de julho de 2019, além de garantir que sua data de autuação permita tempo hábil para realização do pagamento, respeitando datas limite de vencimento de contas e prazos legais.

Art 8o. A atestação de documentos como nota fiscal e comprovantes de despesa também será feita no e-CIGA, através da indicação de assinantes no próprio documento ou em documentos que valham como atestação e/ou comprovação de despesa, dispensando qualquer procedimento de ateste fora do e-CIGA, como carimbos ou assinaturas físicas.

Art 9o Fica admitida a continuidade de tramitação por meio físico, na forma do artigo 36 do Decreto Municipal 14.177, de 21 de outubro de 2021, dos tipos processuais contidos nessa portaria, caso tenham sido originados antes da data de publicação.

Art 10. Esta Portaria torna sem efeito a Portaria no 11/SEPLAG/2022, publicada em 28 de abril de 2022.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE NITERÓI EM 02 DE NOVEMBRO DE 2022.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE NITERÓI EM 09 DE DEZEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 045/SEPLAG/2022



Regulamenta e estabelece o rol de processos administrativos de tramitação eletrônica (e-Ciga) obrigatória e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Decreto no 14.177 de 21 de outubro de 2021,

RESOLVE:

Art 1o. A partir do dia 14 de Dezembro de 2022 é obrigatória a tramitação eletrônica dos seguintes tipos de processo administrativo na Prefeitura Municipal de Niterói:

- I - publicação de Decreto de modificação orçamentária;
- II - concessão de ajuda de custo para viagem;
- III – pedidos de adiantamento;
- IV – pagamento de sentenças judiciais;
- V – repasses financeiros a órgãos da administração indireta;
- VI – pagamentos de contratos de prestação de serviço e aquisições feitas pela administração direta a pessoas jurídicas;
- VII – aquisição ou contratação de bens e serviços;
- VIII – consulta formal à Procuradoria Geral do Município.

Art 2o. A partir do dia 14 de dezembro de 2022 é obrigatória a tramitação eletrônica dos seguintes tipos de documentos avulsos para todos os órgãos da Administração Direta e sede dos Órgãos da Administração indireta, ficando facultativo para suas respectivas unidades descentralizadas:

- I – Ofício;
- II - Ofício Circular;
- III - Memorando;
- IV - Comunicação Interna;
- V - Promoção de Diligência;
- VI - Portaria;
- VII - Resolução;

Art 3o. As autoridades máximas dos órgãos e entidades municipais poderão decidir sobre a tramitação pelo e-CIGA de outros processos administrativos ou documentos avulsos não mencionados nos Art 1o e Art 2o.

Parágrafo único. Documentos avulsos tramitados de forma eletrônica e que, eventualmente, necessitem ser apensados a processos físicos devem utilizar a versão para impressão do documento disponibilizadas pelo e-Ciga.

Art 4o. A qualquer tempo a lista de tipos de processo administrativo de tramitação eletrônica obrigatória poderá ser revista, incluindo ou retirando tipos, seguindo critérios



de conveniência por decisão do Comitê Gestor do Processo Eletrônico.

Art 5o. Conforme Decreto Municipal 14.177 de 21 de outubro de 2021, Art. 28, os servidores são responsáveis pela classificação da informação quanto ao grau restrição e ou sigilo com base na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 e Lei Municipal no 3084, de 22 de maio de 2014, bem como demais normas vigentes.

Art 6o. Sem prejuízo ao acesso público a informação, documentos preparatórios, conforme estabelece o Art. 7o, §3o, da Lei no 12.527 de 18 de novembro de 2011, seguirão prazos específicos para sua publicação a exemplo da Resolução CNJ no 468, de 15 de julho de 2022.

I – Documento de Oficialização de Demanda (DOD), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR):

- a) até a data de publicação do edital da licitação; ou
 - b) até a conclusão da licitação, em caso de licitação com sigilo do valor estimado, conforme disposto no inciso VI do § 1o do art. 18 da Lei no 14.133/2021; ou
 - c) até a data de publicação do extrato de contratação, nos casos de contratação direta; ou
 - d) até a data de assinatura do contrato, nos casos de adesão à ata de registro de preços.
- Parágrafo único. A avaliação de acesso à informação contida em ETP, DOD e TR com informações sensíveis ou sigilosas, será analisada a critério de cada órgão da Administração Pública Municipal, respeitando os termos da Lei no 12.527/2011, e da Lei Municipal no 3084, de 22 de maio de 2014.

Art 7o. Os processos de pagamento deverão observar a ordem cronológica e disposições contidas no Decreto No 13.281 de onze de julho de 2019, além de garantir que sua data de autuação permita tempo hábil para realização do pagamento, respeitando datas limite de vencimento de contas e prazos legais.

Art 8o. A atestação de documentos como nota fiscal e comprovantes de despesa também será feita no e-CIGA, através da indicação de assinantes no próprio documento ou em documentos que valham como atestação e/ou comprovação de despesa, dispensando qualquer procedimento de ateste fora do e-CIGA, como carimbos ou assinaturas físicas.

Art 9o. Assim como o art. 36 do Decreto Municipal 14.177 de 2022, serão admitidas a manutenção e a continuidade de tramitação em meio físico dos tipos processuais contidos nessa portaria, caso tenham sido originados antes da data de publicação da mesma.

Art 10. Esta Portaria torna sem efeito portarias e normas anteriores que regulamentam o rol de processos de tramitação exclusivamente eletrônica (e-Ciga).

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE NITERÓI EM 09 DE DEZEMBRO DE 2022.